

**Dispositivo**

- 1) *É negado provimento ao recurso.*
- 2) *Alessandro Quadri di Cardano é condenado nas despesas.*

---

(<sup>1</sup>) JO C 221, de 10.7.2017.

---

**Acórdão do Tribunal Geral de 13 de julho de 2018 — Curto/Parlamento**

(Processo T-275/17) (<sup>1</sup>)

**«Função pública — Assistentes parlamentares acreditados — Artigo 24.º do Estatuto — Pedido de assistência — Artigo 12.º-A do Estatuto — Assédio moral — Comité Consultivo sobre as queixas por assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a prevenção do assédio no local de trabalho — Decisão de indeferimento do pedido de assistência — Erro de apreciação — Alcance do dever de assistência — Duração do procedimento administrativo — Prazo razoável — Recusa de comunicação de relatórios elaborados pelo Comité Consultivo»**

(2018/C 341/26)

Língua do processo: inglês

**Partes**

*Recorrente:* Michela Curto (Génova, Itália) (representantes: L. Levi e C. Bernard-Glanz, advogados)

*Recorrido:* Parlamento Europeu (representantes: O. Caisou-Rousseau, E. Taneva e M. Rentala, agentes)

**Objeto**

Pedido apresentado ao abrigo do disposto no artigo 270.º TFUE e destinado, por um lado, à anulação da decisão do Parlamento de 30 de junho de 2016, através da qual a autoridade habilitada a celebrar contratos desta instituição indeferiu o pedido de assistência apresentado pela recorrente em 14 de abril de 2014 e, por outro, à reparação do prejuízo que a recorrente alegadamente sofreu com a violação do dever de assistência, previsto no artigo 24.º do Estatuto dos Funcionários da União Europeia, por parte desta autoridade, nomeadamente por duração excessiva do procedimento.

**Dispositivo**

- 1) *É anulada a decisão do Parlamento Europeu, de 30 de junho de 2016, através da qual a Autoridade Habilitada a Celebrar Contratos desta instituição indeferiu o pedido de assistência apresentado por Michela Curto em 14 de abril de 2014.*
- 2) *O Parlamento é condenado a pagar a Michela Curto, a título de reparação do dano não patrimonial sofrido, a quantia de 10 000 euros, acrescida de juros de mora a contar da data da prolação do presente acórdão, à taxa fixada pelo Banco Central Europeu (BCE) para as principais operações de refinanciamento.*
- 3) *O Parlamento é condenado nas despesas.*

---

(<sup>1</sup>) JO C 239, de 24.7.2017.